

BOLETIM 765

Brasília, 5 de Abril de 2019



FST define agenda de ações contra MP 873. CONTRICOM presente!

Os dirigentes das Confederações do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) reuniram-se nesta quinta (04), na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC), em Brasília **(foto)**, para debater a agenda de ações contra a Medida Provisória 873/2019.

Consenso entre os sindicalistas, o trabalho de articulação política no Congresso será a principal atividade dentre as ações da agenda. Definição endossada pelo especialista em Política, Representação Parlamentar e Assessor Parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), André Santos.

“Estamos diante de um governo sem maturidade e coordenação política que persegue as entidades laborais. Fora isso, ainda devemos nos atentar a guerra entre os Poderes. Agora,

mais do que nunca, é preciso organizar uma articulação com os parlamentares no sentido de inviabilizar essa MP”, disse.

Para o coordenador nacional do FST, Oswaldo Augusto de Barros, o enfrentamento a MP será um “treino” para o confronto da reforma da Previdência. “Temos que trabalhar no Congresso Nacional, no corpo a corpo com os deputados e senadores, na expectativa de convencimento do número suficiente de parlamentares para barrar essa MP”, afirmou.

Como parte dos direcionamentos dos trabalhos, em conformidade com a reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o professor Oswaldo advertiu sobre os prazos e a importância desse trabalho nas bases. Disponibilizando para as confederações um documento endereçado aos parlamentares com uma breve análise dos efeitos, das inconstitucionalidades e das possibilidades de mudanças em relação à MP.

O coordenador do FST ressaltou, ainda, a importância da apresentação do texto das entidades sindicais — a ser negociado com o Congresso Nacional e apresentado ao Governo Federal — como proposta intermediária a MP. Maia solicitou que o mesmo seja entregue até o dia 16 de março.

CONTRICOM – O presidente da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, presente à reunião, afirmou que a entidade se somava às iniciativas do FST, “pela importância, nesse momento, de defender as organizações sindicais e, conseqüentemente, os trabalhadores, tanto na MP 873, como no desmonte das aposentadorias que querem promover”, afirmou.

Fonte: FST/Comunicação CONTRICOM



Trabalhadores calculam aposentadoria após 'reforma' e se assustam: 'Injusta!'

As novas regras da reforma da Previdência proposta pelo governo Jair Bolsonaro deram um susto nos trabalhadores que passavam pela Praça Ramos de Azevedo, no centro de São Paulo, nesta quinta-feira (4). Utilizando a plataforma "Aposentômetro", calculadora elaborada pelo Dieese, muitas pessoas viram seu tempo de contribuição aumentar bastante para alcançar a aposentadoria.

Ao saber do que ainda terá de fazer para chegar à aposentadoria, caso a proposta do governo seja aprovada, o aeroportuário Benedito, de 64 anos, sentiu indignação. "Eu já tenho 30 anos de contribuição e, com a nova regra, vou me aposentar só daqui cinco anos e só com 80% do meu piso. Isso não é interessante pra mim. Para me aposentar integralmente, seriam mais 9 anos. A reforma é injusta", afirmou.

A ação foi feita durante o lançamento do abaixo-assinado em defesa da Previdência e das aposentadorias, ameaçadas pela PEC 6, feita pelas centrais sindicais e as frentes Brasil Popular e a Povo Sem Medo.

O servidor público Henrique, de 34 anos, também não ficou satisfeito com a proposta de Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes. "Eu teria de trabalhar mais quatro anos para receber o que eu receberia com as atuais regras. Essas mudanças são negativas. Essa reforma é uma maneira de trazer dinheiro ao sistema financeiro", criticou.

Michelle Dias, do Dieese e responsável pelo atendimento do Aposentômetro, afirmou que a diferença do tempo de contribuição imposto para os trabalhadores, na comparação entre as regras atuais e as propostas por Bolsonaro, mostra a importância das mobilizações em defesa de uma reforma previdenciária que não tenha como objetivo retirar direitos da população: "As pessoas estão decepcionadas com o resultado da calculadora de aposentadoria. Elas ficam chocadas."

Clarice, que é professora da rede pública, também parou na tenda para calcular seu futuro. Para ela, a reforma da Previdência não é boa e prejudica ainda mais a população mais pobre. "(Com a nova regra) São cinco anos a mais de contribuição e diminui em 40% meu piso. Ou seja, não é integral, só piora."

Abaixo-assinado - Em poucas horas de coleta, centenas de trabalhadores e trabalhadoras pararam para assinar o abaixo-assinado e aproveitar a presença de sindicalistas e de técnicos para esclarecer suas dúvidas sobre a proposta de "reforma".



O texto enumera as principais críticas dos trabalhadores à "reforma". "Esta Proposta de Emenda à Constituição dificulta o acesso à aposentadoria, aumenta o tempo de contribuição e de trabalho, diminui o valor dos benefícios e ameaça a existência da seguridade social (aposentadoria, benefícios da assistência social como o BPC e as políticas de saúde). Mas não combate a sonegação das empresas devedoras da previdência, mantém privilégios e incentiva a previdência privada (os planos de capitalização)."

O coordenador de Relações Sindicais do Dieese, José Silvestre, conta que o objetivo é coletar milhões de assinaturas para enviar o texto ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). "É preciso que os movimentos sociais e sindicais façam essa campanha de esclarecimento, pois agora começa a cair a ficha do tamanho dos danos dessa reforma para os trabalhadores. É fundamental que a gente divulgue que a reforma é de grande prejuízo", afirmou Silvestre.

Em audiência realizada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ontem (3), o ministro Paulo Guedes foi convidado para falar sobre a reforma da Previdência. O presidente da CTB, Adilson Araújo, criticou a participação do economista.

"Ele não falou nada relevante porque não tinha o que falar. O Guedes é um agente do mercado financeiro, da especulação e do rentismo. Ele pretende acabar com a Previdência, privatizar e entregar aos bancos", avaliou.

Fonte: Rede Brasil Atual

PSD deixa Planalto sem fechar questão sobre reforma

O presidente, Jair Bolsonaro, dedicou a manhã a uma série de encontros com lideranças partidárias para tratar de tentar o apoio de bancadas em torno da reforma da Previdência, que tramita na Câmara.

O presidente do PSD, Gilberto Kassab, se reuniu com o presidente, Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto.

Após o encontro de uma hora, Kassab relatou que o partido não vai fechar questão, entre os parlamentares, pela reforma da Previdência.

Fechar questão é quando a liderança partidária determina à bancada que vote de acordo com o entendimento da legenda, sob pena de retaliações em caso de descumprimento.

Kassab disse que apesar de não fechar questão, o PSD está com boa vontade e disposição para aprovar a reforma da Previdência.

Em relação aos pontos mais polêmicos, Kassab se limitou a dizer que não comentaria.

Presente no encontro, o líder do PSD no Senado, Otto Alencar, disse que os parlamentares do partido já adiantaram que não concordam com pontos como o Benefício de Prestação Continuada, a aposentadoria rural e o regime de capitalização sem a contribuição do setor patronal e sem o piso salarial.

Fonte: Portal EBC



FHC diz que governo Bolsonaro está sem rumo e é pior do que ele esperava

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso disse, em entrevista à BBC News Brasil publicada nesta quinta-feira (4), que o governo de Jair Bolsonaro "está sem rumo" e é pior do que ele esperava. Passados quase 100 dias desde a posse, FHC afirmou não ter visto "nada" do novo governo.

"Por que ele foi eleito? Ele falou temas que sensibilizaram: violência e corrupção, basicamente. Temas que pegaram a onda. Mas ele não disse 'eu vou fazer um Brasil de tal a qual modo'. Tanto que agora ele não sabe o que vai fazer. Vai mudar o quê?", disse o ex-presidente à reportagem na sede do Instituto FHC, em São Paulo.

"Para o ex-presidente, a nova gestão está sem rumo. As falhas, na sua análise, são muitas: falta projeto para o país, falta aprender a se relacionar com o Congresso, falta até se comunicar com a população para explicar medidas consideradas fundamentais pelo governo, como a reforma da Previdência", falou o sociólogo à BBC News Brasil.

Fonte: Brasil247

FGTS: mudanças no Conselho Curador colocam fundo e gestão pública em risco

A reestruturação do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), decretada pelo governo de Jair Bolsonaro, coloca em risco a finalidade do fundo criado para proteger o trabalhador e pode esconder os interesses dos bancos privados, como avaliam representantes sindicais em reportagem do Seu Jornal, da TVT.

Publicada no final de março, a medida pela reestruturação prevê a retirada da Caixa Econômica Federal (CEF) do Conselho Curador e reduz pela metade o número de representantes de entidades sindicais dos trabalhadores e empregados, ao passo que amplia a participação de membros do governo.

"Para nós é um retrocesso muito grande se de fato ocorrer isso de a Caixa ser retirada como gestora financeira exclusiva dos recursos do fundo", destaca o presidente da Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias de Construção e da Madeira (Conticom-CUT), Cláudio da Silva Gomes. Um dos principais responsáveis pelo investimento público no Brasil, especialistas ressaltam ainda a preocupação sobre a medida como um passo para que o governo Bolsonaro retire da CEF a gestão exclusiva do FGTS, privatizando-o.

"(A medida) indica, obviamente, a intenção do governo de, no futuro próximo, tirar da Caixa a gestão do FGTS, partilhando com os bancos privados que só querem esses recursos, que nós estamos falando em torno de R\$ 540 bilhões, para atuar na especulação financeira e ganhar mais dinheiro", avalia a coordenadora do Comitê Nacional de Defesa das Empresas Públicas, Rita Serrano.

Fonte: Rede Brasil Atual

O buraco da economia brasileira

Empresários desconfiam de melhorias na economia. Mercado já estima crescimento da economia abaixo de 2% neste ano. Economia definha na desordem política. Eis algumas manchetes do noticiário que indicam o tamanho do buraco no qual o Brasil se meteu, cavado desde que a marcha golpista se pôs em movimento. Não há como negar que a agenda econômica adotada desde que Michel Temer ocupou o Palácio do Planalto, usurpando a cadeira presidencial, é a grande responsável por esse desastre.

Agora, no governo do presidente Jair Bolsonaro, a panaceia da “reforma” da Previdência Social é apresentada como a infalível salvação da lavoura. Na prática, ele não mexe uma palha para elaborar medidas que possam começar a tirar a economia do fundo do poço. Mesmo o pacote com quatro frentes anunciado pelo Ministério da Economia não passa de medidas cosméticas, que não vão à raiz do problema, como desburocratização do setor produtivo; qualificação profissional; fomento ao uso de tecnologia; e desregulamentação de alguns setores produtivos.

Quem paga o maior preço por esse desastre são os trabalhadores. Em vez de procurar meios para aliviar as consequências dessa situação, Bolsonaro se limitou a criticar a metodologia de cálculo do desemprego adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O pressuposto para a geração de empregos é o crescimento. Claro, poderiam entrar outras medidas, como a redução da jornada semanal de trabalho, mas o essencial, numa situação de crise aguda como essa, seria a prioridade dos gastos públicos. Sem adotar incentivos ao setor produtivo para girar a ignição da



retomada da dinâmica da economia, não é possível vislumbrar alguma saída.

Mas o que se vê são ações em sentido contrário, como os embaraços com tradicionais importadores de produtos brasileiros, em especial a China. Com a panaceia da “reforma” da Previdência Social como pauta única, o governo simplesmente ignora as causas da rápida degradingolada da economia, que resulta numa acelerada degradação social.

O Brasil precisa de um projeto de desenvolvimento com o Estado incrementando a atividade econômica, incentivando o trabalho e priorizando o investimento produtivo para gerar riqueza e emprego, valorizando as empresas nacionais e os investimentos no desenvolvimento tecnológico. Essa é uma questão que não dá para ser empurrada com a barriga porque ela é particularmente dolorosa num país como o Brasil. O Estado não pode lavar as mãos quanto à sorte da economia real, com uma administração pública exclusivamente a serviço do parasitismo financeiro.

Sempre que o Estado agiu na economia ele garantiu um bom nível de empregabilidade — empregando diretamente ou incentivando a economia com recursos indiretos, atuando como agente de equilíbrio para absorver os impactos das crises. Agora, com o Estado transformado em mero comitê de administração da ciranda financeira, os efeitos da longa crise que teve seu pico mais elevado em 2007-2008 aparecem por toda parte.

Fonte: Portal Vermelho



Preço da cesta básica sobe em todas as capitais pesquisadas em março

O custo do conjunto de alimentos essenciais subiu em todas as capitais em março de 2019, como mostra o resultado da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, feita mensalmente pelo DIEESE em 18 cidades. As altas mais expressivas ocorreram em Brasília (11,09%), Florianópolis (7,28%), São Luís (7,26%) e Curitiba (7,20%).

A capital com a cesta mais cara foi São Paulo (R\$ 509,11), seguida pelo Rio de Janeiro (R\$ 496,33) e Porto Alegre (R\$ 479,53). Os menores valores médios foram observados em Salvador (R\$ 382,35) e Aracaju (R\$ 385,62).

Todas as cidades acumularam alta, as mais expressivas em Goiânia (20,25%), Salvador (18,42%) e Brasília (17,39%). Nos primeiros três meses de 2019, todas as cidades mostraram alta acumulada, com destaque para Recife (17,85%), Vitória (17,84%) e Natal (16,87%). A menor alta foi registrada em Porto Alegre (3,19%).

Com base na cesta mais cara que, em março, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do mínimo necessário.

Em março de 2019, o valor necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 4.277,04, ou 4,29 vezes o mínimo de R\$ 998. Em fevereiro de 2019, o piso necessário correspondeu a R\$ 4.052,65, ou 4,06 vezes o mínimo vigente.

Fonte: Agência Brasil

Ministro defende expansão da licença-maternidade

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, defendeu, durante audiência da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, o aperfeiçoamento do marco legal da primeira infância com a expansão da licença-maternidade para um ano. O Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/16) completou três anos em março, fixando políticas públicas para o desenvolvimento de crianças de zero a seis anos.

Segundo Terra, é no início da primeira infância que a criança, se estimulada corretamente, tem um desenvolvimento mais adequado para superar dificuldades, e um fator fundamental é a criança ficar mais tempo e mais próxima à mãe. O programa estimula crianças pobres (cadastradas no Bolsa Família), crianças deficientes (beneficiadas pelo BPC) e as crianças sem famílias.

“Só a transferência de renda não determina o fim da pobreza. Claro, não podemos deixar de repassar renda, mas o processo se inicia no começo na vida, para que essas crianças não repitam o ciclo de pobreza dos seus pais, por isso é importante estimular essas crianças”, afirmou Terra.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS